

do Legislativo de 07/01/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves* - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

*Afastado do exercício do mandato, por investidura no cargo de Secretário de Estado.

SUMÁRIO

1 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

331ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 9/12/97

Oradores Inscritos

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa, distinto e seletivo público, povo mineiro, ocupo esta tribuna hoje, inicialmente, para registrar a presença marcante da agricultura brasileira na sustentação do Plano Real. Em virtude dos preços estáveis dos alimentos, mais de 13 milhões de brasileiros foram incorporados ao mercado consumidor e esse mercado tem atraído, por meio de fusões e incorporações, dezenas de empresas multinacionais.

Lembro que a agricultura é geradora de empregos, tributos e matérias-primas agroindustriais. O Estado de Minas responde, em média, por 25% do PIB mineiro, que é o segundo do País.

O mercado agrícola brasileiro de defensivos agrícolas, sementes e medicamentos veterinários está entre os cinco maiores do mundo.

É fundamental destacar a contribuição da agricultura nas exportações brasileiras, com um superávit estimado para 1997 da ordem de US\$12.000.000.000,00, apesar dos vultosos subsídios que os governos dos Estados Unidos da América e da maioria dos países da Europa dão à sua agricultura, que devem somar US\$386.000.000.000,00 em 1997.

Quero aproveitar e dizer que no dia 5/12, antecipando-se ao dia 6/12, que é o Dia da Extensão Rural, a EMATER se reuniu mais uma vez em seu escritório central com a presença do Secretário da Agricultura, que representava o Governador do Estado, para prestar homenagem aos extensionistas, aos funcionários que lá trabalharam e que continuam trabalhando há 5, 10, 20 e 40 anos. Eles homenagearam também os produtores rurais, pequenos, médios e grandes. Nessa ocasião, foi apresentado um vídeo que mostrou a pujança da agricultura mineira, mercê da situação adversa em que a economia do País se encontra. Em seguida, foram entregues medalhas de mérito às empresas que contribuíram e que contribuem para o fortalecimento da agricultura em nosso Estado.

Assim, queremos registrar, com o mais efusivo orgulho, a participação da EMATER, que completou 49 anos. Ela inicia, então, meio século de existência semeando o progresso. Minas é um Estado muito importante devido à sua diversidade de culturas e criações. Senão, vejamos: ocupa o primeiro lugar na produção do café, em média, 50% da safra nacional, gerando, apenas no campo, 650 mil empregos diretos e permanentes. Ocupa o primeiro lugar na produção de leite e derivados, com 6 bilhões de litros, em média, por ano, e 235 mil empregos diretos no campo, apesar de todas as adversidades da pecuária leiteira. É o primeiro produtor de feijão irrigado; é o primeiro produtor de abacaxi, o segundo produtor de batata, o segundo produtor de carne bovina, o segundo pólo nacional de olericultura; o terceiro produtor de milho; o quarto produtor de suínos e o quinto produtor de bananas e grãos. Essa é uma visão panorâmica estratégica para entendermos a verdadeira dimensão da agricultura para Minas Gerais.

Quero, também, Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, trazer ao conhecimento desta Casa e de todo o povo mineiro, que se iniciou hoje a 47ª Semana do Engenheiro Agrônomo, que termina no dia 11 e tem como tema: "Da Fazenda ao Mundo Globalizado - Novas Perspectivas de Trabalho". Hoje, pela manhã, já foram discutidos vários assuntos, todos mostrando as potencialidades e as perspectivas para a agricultura do Estado. Deverá estar concluído depois de amanhã. O Estado de Minas, com certeza, tem a considerar esse fator, que é de fundamental importância para o seu progresso, para o seu desenvolvimento e para o seu sustento. É o nosso pronunciamento, Sr. Presidente.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que estão nos corredores, nos gabinetes, telespectadores do Canal 11; sabemos que esta Casa tem sido o exemplo para muitas outras Assembléias por sua competência, estrutura, organização, pelo trabalho das assessorias, que, para nós, tem sido de grande valia e ajuda. Minas Gerais, na Assembléia Legislativa, tem sido exemplo para o Brasil, e desejamos que esse exemplo permaneça e cresça cada vez mais. É justamente por isso, pelo zelo que temos por esta instituição, que estamos aqui, hoje.

Vamos falar de um problema que consideramos grave sob todos os aspectos: a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97. Estamos vendo que algumas autoridades, inclusive do Poder Executivo, têm-se esquecido do que é constitucionalidade em uma lei, do que é respeito pelos outros. Estamos vendo Fernando Henrique Cardoso, que já editou, até agora, 90

medidas provisórias. Ele sabe, melhor do que nós, que a medida provisória é apenas para casos de urgência, pois, quando era Senador, criticou Fernando Collor de Mello porque estava apresentando muitas medidas provisórias, o que era inconstitucional, inconcebível. O Presidente da República nos dá mau exemplo. O Governador Eduardo Azeredo, no seu "pacote caipira" que chegou a esta Casa, apresenta, também, projetos inconstitucionais. Exemplicio: as professoras, ao completar seu tempo de serviço, podem pedir a aposentadoria, mas têm que esperar até o fim do ano para sair da sala de aula. Isso é inconstitucional, mas está no "pacote caipira". Não acredito que o Governador não tenha uma assessoria competente para lhe mostrar que isso não pode ser feito. Entretanto, é o desrespeito pelos legisladores, pelo povo, que leva essas autoridades a esse ponto.

Nesta Casa, tramita novamente a Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97, que é inconstitucional na parte fundamental. Ela já tinha estado aqui com o nome de Tribunal, criar novos Conselheiros Adjuntos, e agora mudou o nome para Conselho das Contas dos Municípios, mas continua com as mesmas inconstitucionalidades e irregularidades. Nós, que prezamos a transparência e a ética, lamentamos que, mais uma vez, tente aprovar-se, nesta Casa, uma proposta que, além de inconstitucional, é, sobretudo, aética e imoral. Por isso estamos apresentando ao Presidente um requerimento para que seja feita uma consulta aos juristas desta Casa sobre a constitucionalidade desta proposta. Passo a lê-lo, Sr. Presidente, e gostaria de merecer de V. Exa. o máximo de atenção, pois isso significa zelo por esta instituição. (-Lê requerimento, em que solicita seja elaborado um parecer jurídico sobre a constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97 e suspensa a sua tramitação até a elaboração do referido parecer. Segue-se a justificação apresentada.)

"Justificação: Devido à obscuridade de seus objetivos, a proposta de criação de um Conselho Estadual de Contas Municipais se tornou um dos temas mais polêmicos na Assembléia Legislativa.

A primeira tentativa de se criar a referida Corte (Proposta de Emenda à Constituição nº 31/97) naufragou em diversas inconstitucionalidades, apontadas em parecer encomendado pela Mesa ao professor Raul Machado Horta.

No entanto, a despeito do referido parecer, foi apresentada nova proposta de criação de um Conselho de Contas Municipais, que, embora mais bem adequada aos ditames constitucionais vigentes, repetiu vários vícios de inconstitucionalidade apontados na primeira proposta.

O art. 5º da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/97 acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, prevendo a utilização, pelo Conselho Estadual de Contas Municipais, da estrutura física e humana do atual Tribunal de Contas.

O quesito nº 3 formulado ao professor pela Assembléia Legislativa foi: 'haveria possibilidade de aproveitamento da estrutura material e humana do Tribunal de Contas do Estado, para efeito de instalação do Conselho de Contas do Município?' Eis a resposta: 'O aproveitamento da estrutura material e humana do Tribunal de Contas, para efeito de instalação do Conselho Estadual de Contas, conflita com a autonomia organizatória e a independência do órgão estatal, designado para o exercício do controle da Câmara Municipal'.

A prevalecer esse entendimento, da lavra de um dos maiores juristas brasileiros, padeceriam de vício de inconstitucionalidade todos os dispositivos inscritos na mencionada proposta, destinados a materializar o funcionamento do Conselho Estadual de Contas Municipais, restando, apenas, os relativos à criação dos sete cargos de Conselheiros da nova Corte de Contas, os quais não teriam a menor possibilidade de desempenhar as funções que lhes fossem atribuídas, por completa ausência de infra-estrutura.

Há, portanto, necessidade de esclarecer essa questão, a nosso ver fundamental para a discussão da proposta. Para tanto, apresentamos esse requerimento, preocupados em assegurar que a Assembléia Legislativa só acrescente ao texto constitucional mineiro temas que estejam em sintonia com os princípios constitucionais consagrados pelo constituinte federal".

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a constitucionalidade é uma exigência básica para que um projeto seja aprovado nesta Casa, não nos preocupa tanto essa constitucionalidade, porque, muitas vezes, os projetos são analisados, pura e simplesmente, pelo ângulo político, com disfarce de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, quando interessa a alguns que ele seja ou não aprovado. O que nos preocupa, Sr. Presidente, é a situação que vivemos atualmente. Estamos na era do desemprego. Há poucos dias, houve uma polêmica, porque um órgão de pesquisa falava em crescimento de 16% para o desemprego em São Paulo, nos últimos tempos; o Presidente Fernando Henrique fala em 6%, mas a previsão, de fato, é que, até o final do ano, o desemprego chegue, no Brasil, a 21%. Nunca houve um percentual tão alto na nossa história.

Há mais um assunto que eu gostaria de ressaltar: sabemos quantos funcionários públicos foram dispensados pelo PDV ou pelo PDI em nosso Estado, porque a proposta do Governo é enxugar a máquina, diminuir os gastos, melhorar a situação das finanças do Estado, que é, realmente, grave e precária.

Entretanto, vem aqui uma proposta para a criação de sete cargos de Conselheiro, e nós sabemos que o objetivo principal é um arranjo, um emprego, um cargo vitalício para sete pessoas que não querem mais disputar eleição ou estão cansadas do que fazem e querem um cargo vitalício para se aposentar com R\$6.000,00 - salário básico - depois de alguns anos de serviço, quando completam a exigência da Constituição de 35 anos de contribuição ou de determinada idade. É lamentável que estejamos vendo um projeto dessa natureza, uma proposta imoral, inconstitucional, aética, tramitando nesta Casa, de maneira açodada, às pressas, para que a imprensa não tenha tempo de tomar conhecimento, o povo não possa exercer sua cidadania e fiscalizar. Nunca vi, nesta Casa, um projeto ser apresentado sexta-feira, às pressas, quando a imprensa já não está e poucos Deputados circulam por aqui. E, mais ainda, ser colocado para votação numa terça-feira, às 8 horas da manhã. Graças a Deus, não houve "quorum", e ele não pôde ser aprovado. Fala-se que não são só os Deputados ou as pessoas da Casa que podem disputar, mas quero ver alguém que não faz parte desse corporativismo da Assembléia Legislativa disputar uma eleição e ganhá-la aqui, em Plenário, para Conselheiro do Tribunal de Contas. É uma vergonha legislar em causa própria, quando há tantos desempregados, tanta gente sem saber o que fazer da vida. Sabemos, também por pesquisa, que cada emprego criado gera cinco outros empregos, mas cada emprego cassado gera, também, outros cinco desempregos. Então, vejamos a situação: o Governo quer demitir 33 mil funcionários. São cerca de 33 mil empregos diretos, mas são 160 mil empregos indiretos que vão desaparecer. É a doméstica que vai ser mandada embora porque o patrão foi para o olho da rua e não pode mais pagar uma empregada, é a lanchonete que dispensa o empregado porque o movimento diminuiu, é a bomba de gasolina que vende menos porque a pessoa ficou desempregada e vendeu o carro, e assim vai, numa escala crescente. E o que precisamos, no Tribunal de Contas, para que as contas não fiquem acumuladas, não é de Conselheiros, precisamos de técnicos concursados, que visitem as cidades, vão ao interior para verificar se a nota fiscal não é fantasma. Lá, na base, ninguém vai verificar se a ponte foi construída, se a escola existe, se a estrada foi asfaltada. O gargalo nas contas está na falta de técnicos, e não na falta de Conselheiros.

Srs. Deputados, sabemos que 44 Deputados assinaram a proposta. Assiná-la não significa estar disposto a votar nela. Até por uma questão de democracia, posso discordar, mas dou ao outro o direito de discutir. Então, aceito que alguns tenham assinado para dar chance de ela ser discutida. Não sou maniqueísta, não quero achar que só os Deputados do PT são os santos e os bons. Tenho certeza de que, nos outros partidos, existem muitos Deputados éticos, coerentes e corretos, que assumem o discurso do palanque, que assumem, nesta Casa, na votação, o discurso feito na tribuna e saberão rejeitar essa proposta, por uma questão de transparência, para que a sua fala no comício e na tribuna corresponda ao seu voto na Assembléia Legislativa.

Faço um apelo aos Deputados coerentes, éticos, para que trabalhem no sentido de rejeitar esse escândalo, que será mais um colocado nas costas da Assembléia Legislativa. Sr. Presidente, fica o meu requerimento, que gostaria que merecesse de V. Exa. o máximo de atenção e a máxima urgência, para que possamos ter o parecer jurídico para continuar a discutir e a lutar contra essa proposta imoral e escandalosa que tramita na Assembléia Legislativa. Muito obrigada.

O Deputado Geraldo Nascimento - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, jornalistas, público nas galerias, inicialmente gostaria de falar sobre a reunião de hoje, ocorrida às 9h30min, da Comissão de Defesa do Consumidor, na qual foram tomadas decisões importantes relacionadas ao BEMGE. A nossa assessoria foi autorizada a enviar a V. Exa. um ofício solicitando que os funcionários públicos desta Casa possam fazer sua reopção pelo Banco pelo qual recebem seu salário.

Requerimento do Deputado José Henrique permitiu que se fizesse reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira, para que tratássemos as questões relacionadas com o BEMGE. O Deputado João Leite apresentou um requerimento, que foi aprovado, solicitando que todos os funcionários públicos fizessem opção pelo Banco pelo qual gostariam de receber seus salários. Isso se deu em função da nova organização interna do BEMGE e pelo desrespeito por parte deste para com todos os funcionários, no que se refere ao art. 51, X e XII, do Código de Defesa do Consumidor.

Mas não é apenas isso que atormenta os consumidores. Já falei aqui sobre a penúria dos funcionários públicos estaduais, inclusive os desta Casa.

Sr. Presidente, chega ao meu conhecimento, por intermédio do PROCON Estadual, cópia do documento assinado pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC -, Nelson Lins D'Albuquerque, que servirá de parâmetro para a elaboração do Tratado Internacional do MERCOSUL.

Ao ignorar direitos básicos e fundamentais do Código de Defesa do Consumidor, esse documento deixa transparecer que o Diretor do DPDC está jogando por terra todas as nossas conquistas enquanto consumidores, as quais há bem pouco tempo também eram defendidas por ele.

Na condição de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, enviei requerimento ao Presidente desta Casa, no último dia 2, solicitando repúdio a esse Tratado, que prefiro chamar de proposta absurda e vergonhosa.

Estou de acordo com o PROCON Estadual quando ele defende a substituição do negociador brasileiro no Comitê Técnico, que se encontra reunido em Montevideú. Isso porque o Sr. Néelson Lins, ao dar o seu aval a essa negociata, traiu a nossa confiança e feriu o Código de Defesa do Consumidor em itens importantes, banalizando, por completo, a nossa lei.

Entre as suas várias aberrações, a proposta suprime as exigências de qualidade e segurança de produtos importados de países do MERCOSUL, mantendo o controle somente para produtos brasileiros.

No tocante ao direito à informação, foi omitida a obrigatoriedade de constar nos rótulos dos produtos importados os riscos que eles possam apresentar à saúde dos consumidores. Isso contraria o art. 6º, do § 3º, do Código de Defesa do Consumidor.

Produtos perigosos ou que possam oferecer riscos à saúde dos consumidores serão considerados como tais, segundo critérios estabelecidos pela Comissão de Comércio do MERCOSUL.

O direito básico à prevenção efetiva de danos morais e patrimoniais simplesmente foi excluído do documento, o que abre brecha para a legalização, por exemplo, da propaganda enganosa e da publicidade abusiva.

Outro item que sinaliza retrocesso ao Código Brasileiro de Defesa do Consumidor refere-se ao art. 32, § 2º. O documento fere valores ecológicos, direitos da credibilidade e tantos outros.

Por essas razões, Sr. Presidente, mais uma vez quero, de público, manifestar a minha indignação a essa proposta, que deve receber repúdio de todos os Deputados, da sociedade brasileira e do Presidente da República.

Na terça-feira passada, distribuimos um "release" a todos os jornalistas que se encontravam nesta Casa. Espero que esta tribuna se faça valer através da força que os Deputados mineiros têm junto à sociedade mineira e brasileira, no momento em que todos os brasileiros estão à mercê da banalidade do Sr. Lins, que se encontra no exterior, tratando de assuntos junto ao MERCOSUL. Espero que o Código de Defesa do Consumidor, um dos códigos mais avançados do planeta, seja preservado, para que o povo brasileiro tenha orgulho das suas leis. A lei deve valer e deve ser respeitada. Meu muito obrigado a todos.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, para pedir o apoio dos Srs. Deputados ao projeto de lei que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e lagos do domínio estadual e dá outras providências, que será votado hoje à tarde ou nesta semana, se Deus quiser, é que uso a tribuna desta Casa. Quem dera pudesse eu chegar ao coração de cada companheiro meu e conseguisse expressar a altura, a largura, a extensão desse assunto, que pode parecer banal, mas é um dos assuntos mais sérios - eu diria escatológicos - da época que estamos vivendo.

Recentemente, cientistas do mundo inteiro alertaram a humanidade para que, se uma medida imediata não for tomada, se imediata providência não for adotada, dentro de dez anos o problema da terra será a falta de água. Antes dos cientistas, os estudiosos da escatologia também já preconizaram essa época. Se preconizaram, é porque queriam que todos nós nos precavissemos para que essa hecatombe não acontecesse. Parece profético, mas, na verdade, é científico. O descaso, a ganância, a avareza do homem, o corporativismo acima daquilo que é importante para a humanidade, essas coisas estão levando as empresas e o homem a destruir o meio ambiente.

Estou chegando de viagem agora do vale do Uruçuaia, aquela região de Arinos e Buritis, e percebemos com dor que as nossas veredas daquela região, a chapada gaúcha - excetuando-se, é claro, o nosso grande sertão veredas, de Guimarães Rosa, que agora é parque nacional -, estão todas, quando não derrubadas, com o seu contorno plantado com capim. Um Vereador de Buritis, o irmão e amigo Ursolino, ligou-me apavorado dizendo: quero mostrar para que o senhor veja que já secaram muitas nascentes que abastecem a bacia do rio Uruçuaia. E, se não bastasse esse descaso do desmatamento no cerrado, quantos caminhões de carvão vi, e vimos agora, vindos de regiões onde não havia plantação de eucalipto. Todos sabem que ainda existem cerrados sendo derrubados. E todos sabem que 2/3 das águas deste planeta estão nos cerrados e que aquelas arvorezinhas tortas, uma vez arrancadas, às vezes nascem, duas vezes, nascem; na terceira, às vezes não nascem, e surge a desertificação.

Na região do Norte de Minas, indo para a Chapada Gaúcha e a Serra das Araras, percebem-se lugares onde existem verdadeiros desertos, que antes eram cheios de pés de cajú, pequi, mangaba, artium, de cagaíta, de frutos maravilhosos do cerrado, que poderiam ser usados em agroindústrias. Mas, como se não bastasse isso, o Governo, que deveria fiscalizar, não o tem feito, às vezes porque está cercado por pessoas que não têm a consciência, a ética humana, talvez até por desconhecimento ou por ignorância. Vejam as próprias estatais. Entre elas temos aqui, no Estado de Minas, o maior exemplo, a COPASA, que é a principal a matar, a destruir, a poluir os nossos rios. Tenho aqui um projeto saneador, que diz o seguinte. (- Lê:)

"Projeto de Lei nº 627/95. Dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e lagos do domínio estadual e dá outras providências. Art. 1º - Fica expressamente proibido descarregar qualquer tipo de detrito, domiciliar, hospitalar ou industrial, ou esgotos que possam contribuir para a poluição de rios ou lagos do Estado. Art. 2º - Todo município, empresa ou cidadão somente poderá canalizar ou descarregar esgotos em rios ou lagos se os mesmos forem tratados com tecnologia apropriada, de modo que a água, após o tratamento, torne-se potável, sem nenhum risco para a ictiofauna, para o ser humano e para os animais. Art. 3º - A empresa contratada para o tratamento de água e esgoto, seja estatal ou privada, que infringir esta lei e lançar esgotos poluentes ou não tratados, de acordo com o art. 2º, será multada e, em caso de reincidência, terá o seu alvará de funcionamento cancelado, além de ser considerada, a partir de então, inidônea para atuar no Estado de Minas Gerais. Art. 4º - Qualquer cidadão poderá averiguar a qualidade da água descarregada em esgoto e denunciar qualquer infração aos órgãos competentes."

Srs. Deputados, temos ouvido tantas alegações da COPASA e de Prefeituras que descarregam esgotos nos rios, as mais diversas. Há explicações e justificativas que retratam exatamente o que essas empresas estão fazendo com nossos rios. As explicações, via de regra, prendem-se à justificativa de que uma estação de tratamento de águas ficaria caríssima. Eu perguntaria aos senhores: por que em alguns estados americanos e nos países de Primeiro Mundo essas estações estão tratando as águas dessa forma, e por que aqui isso não acontece? Porque, na verdade, parece que não há o conhecimento das autoridades de que elas estão colaborando para a destruição do meio ambiente. A terra é um elemento vivo, isso é provado cientificamente. A natureza foi criada por Deus. Deus não fez nada morto, os rios são como as veias do nosso corpo.

Srs. Deputados, há pouco tempo este Deputado, ainda na Presidência da Comissão de Meio Ambiente, o que conseguiu com luta, com trabalho, porque é ambientalista por convicção filosófica e por fé, encaminhou um requerimento para que se instaurasse uma comissão especial para apurar o clamor da natureza, quando os peixes, milhares e milhares de peixes, colocaram as "caras" para fora para respirar, pois o rio das Velhas era um veneno. Eles saltavam, debatiam-se, pulavam nas areias, nas praias... A água em Várzea da Palma ficou coalhada de peixes mortos, pequenos e grandes. E nós não vamos responder a isso? Somos responsáveis, diante de Deus, porque temos autoridade e poder para fiscalizar, embargar e mudar. Este Poder faz as leis para que sejam cumpridas pelo Executivo. Peço aos companheiros o apoio, a solidariedade de nos ajudarem nesse projeto. Tenho convicção de que a terra, a natureza retribuirá, porque ela não somente vinga mas também retribui. É tempo de nosso povo ter paz, lazer, tranquilidade. O Profeta Isaías já disse, e aí eu mesclo o científico com o sacro: "Ah, se meu povo me escutasse, então a sua paz seria como a paz de um rio." O rio traz paz, alegria. E por maior que seja o gasto, saibam, Srs. Deputados, a desculpa é inadmissível, porque a história nos julgará. Por maior que seja a desculpa, ela não se justifica, porque é uma demonstração de que o corporativismo interno de uma empresa está acima da vida humana e da vida de todos aqueles que conosco dividem, vivos, este planeta Terra. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Deputado Marcos Helênio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, não vamos delongar nossa intervenção, considerando que nos foi informado que teremos reuniões nas comissões, das quais não podemos deixar de participar. A Comissão de Justiça e a comissão sobre rádios comunitárias, na qual sou relator, estão iniciando suas reuniões.

Mas não deixarei de fazer alguns comentários sobre o desenvolvimento dos trabalhos neste final de legislatura. Até então procuramos não fazer nenhum tipo de obstrução, para que os projetos tramitassem normalmente. E se até agora o "quorum" não foi obtido, isso se deveu exatamente à ausência dos governistas. Entretanto, considerando, analisando, avaliando cada projeto, temos que nos colocar de uma maneira defensiva, mas também decidida. Vamos mostrar quais serão as conseqüências da aprovação de determinados projetos. Darei um exemplo muito claro, em que os Deputados deveriam pensar duas vezes para votar: dentro desse pacote, a questão do ICMS. Quando se fala em aumento de energia elétrica, de ICMS, acima de 30kW, isso atinge 90% das residências domiciliares; ou seja, na verdade, entre 4 milhões de consumidores, 3 milhões e meio teriam um reajuste de 37% no ICMS. Não podemos permitir isso, e, com certeza, os Deputados que fazem a base do Governo vão refletir sobre essas conseqüências que vão atingir a classe menos favorecida. Todos sabem que qualquer residência possui dois pontos de luz. Um eletrodoméstico consome mais do que os 30kW. É preciso rever isso. Se for acima de 150kW ou 200kW, é possível ainda se fazer uma discussão.

Um outro exemplo é a questão do óleo diesel. Retornar o ICMS para 18% vai acarretar um aumento de 5% sobre o frete e trará um efeito cascata. É evidente que as frotas irão abastecer em outras localidades que não Minas Gerais, onde o ICMS permanece em 2%.

A situação da COPASA é delicada. Se vocês analisarem que, de repente, pretende-se incorporar um patrimônio, o FAE (Fundo de Água e Esgoto), no valor de R\$600.000.000,00, à COPASA para, posteriormente, serem colocadas à venda as ações da COPASA, parece-nos um filme que já vimos, o do CREDREAL, que gastou R\$1.000.000.000,00 para ser vendido por R\$120.000.000,00. Vamos ter cautela. Poderia dar também o exemplo da CEMIG. Se querem assumir uma privatização, apresentem aqui um projeto para que façamos a sua discussão. Já vimos essa história no caso da CEMIG, que hoje perdeu o controle operacional. Portanto, queremos fazer um amplo debate para discutir essas conseqüências.

Finalizando, quero dizer que isso não pode passar em absoluto nesta Casa, pois seria uma imoralidade, um golpe nos cofres públicos a criação desse novo Tribunal de Contas, apelidado de Conselho de Contas Municipal. Isso é um eufemismo para se criar um novo tribunal.

Não é dessa forma que teremos um entendimento. Teríamos que ter uma outra forma. Se querem reestruturar o Tribunal de Contas, vamos colocar auditores através de concurso público, pois lá estão faltando esses profissionais.

Essas são as considerações iniciais. Esperamos provocar o debate daqui para frente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assomo a esta tribuna consternado e trazendo a tristeza do povo de Santa Vitória, cidade do Triângulo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pensava que já havia passado a fase do coronelismo e da "pistolagem" profissional. Mas não, Sr. Presidente; no Triângulo, na noite de domingo, foi assassinado um jovem Vereador covardemente, com seis tiros. Ele tinha 41 anos, mulher e dois filhos, era meu amigo e companheiro de luta, de idealismo político; estava sempre na defesa dos mais humildes, dos que não têm terra, na defesa dos interesses das pessoas, os quais, na verdade, têm que ser defendidos por nós, que temos mandato público para representá-las, ainda mais no Brasil, onde há desigualdade social berrante. Sr. Presidente, existe, em Santa Vitória, uma elite política baixa, nojenta, suja, corrupta, desonesta e covarde, que não tem coragem de enfrentar frente a frente os problemas, não tem discernimento para conviver com a democracia. Contratou-se um pistoleiro - depois não me venham dizer que isso não tem conotação política -, por discordância do Vereador Luizmar Pereira, o popular "Testinha"; essa elite nojenta, corrupta, covarde contratou um pistoleiro que chegou com um alibi na casa do Vereador, domingo, à noite - ele atendia todo o mundo -, às 21 horas, bateu na porta - a mulher do Vereador no banheiro, e era gente conhecida. "Vereador, eu vim aqui para te falar que a minha senhora está passando mal, está em processo de parto, é preciso que o senhor a leve para o hospital". O Vereador, na maior boa vontade, chegou à porta do banheiro e disse à mulher: "Olha, eu vou sair um pouquinho para levar uma pessoa ao hospital, mas, em 15 minutos, estarei aqui, para tomar banho". A esposa estava no banho. Ele entrou no carro com o assassino covarde ao lado, andou quatro quarteirões, e o assassino lhe deu seis tiros e desapareceu. Desapareceu não, está lá, em Santa Vitória mesmo, acobertado por aquela elite nojenta, corrupta e covarde, que não tem coragem de enfrentar frente a frente os problemas.

Então, Sr. Presidente, quero trazer essa notícia, que hoje é manchete no jornal "Diário da Tarde": "Vereador é atraído para a morte em Santa Vitória." No "Estado de Minas": "Assassinato de Vereador é mistério para a polícia". Polícia lá, coitadinhos, não sabem nem fazer vistoria em carro. Eu fui às 8h30min à delegacia, lá estava o carro, todo sujo de sangue, e não havia nem perito; a perícia teria que vir de Ituiutaba, que fica a 70km. Disseram que chegaria em 15 minutos. Às 3h30min, Sr. Presidente, tive contato com o Delegado, e a perícia ainda não havia chegado. Liguei para Ituiutaba e falei com o Delegado Regional, Dr. Arismar, eu acho, e ele me disse que já havia mandado o perito e a perícia seria feita. Não vão fazer coisa nenhuma, não têm competência para fazer nada. Assisti a toda a autópsia e, no corpo do Vereador, só havia um projétil, apesar de ter sido penetrado por seis. Os outros deveriam estar no carro. Fui lá pessoalmente e chamei o Delegado, que estava cheirando a cachaça. Eu estava procurando os projéteis no carro, e ele dizendo que era para deixar para depois. Deixar para depois, como, se não se tem um projétil para fazer a prova de balística? Já não se vai ter perícia técnica! Olhei na porta ao lado do motorista e vi o buraco de uma das balas. Eu disse ao Delegado: "Olha, pode tirar a proteção da porta, que a bala está aí dentro. Traga a chave de fenda, vamos tirá-la". Apesar da má vontade, ele trouxe a chave. Tiramos a proteção da porta e achamos um projétil. Entreguei para ele, na mão, como testemunha.

"Mistério no assassinato de Vereador no Triângulo Mineiro. Pistoleiro agiu com rapidez" ("Hoje em Dia", 9 de dezembro). Isso se passou em Minas Gerais, no Triângulo; lá aconteceu muito disso, a toda a hora. A "pistolagem" lá é comum. Onde estão a segurança pública, a justiça? Quando o Deputado Durval Ângelo reclama da segurança pública, dizem que não tem razão. Isso é dito aqui, no nosso meio. Portanto, eu gostaria de reforçar a tese do Deputado Durval Ângelo. Não faltam somente homens. Falta competência, determinação, juízo na cabeça de quem é responsável pela segurança pública. Isso é questão de Governo, sim. Ele é obrigado a dar segurança ao povo. Isso é obrigação de Governo. Não é ficar somente cobrando para levar policiais em eventos públicos. O povo já paga impostos para ter policiamento, segurança pública. Ora, que vergonha é essa? Para se assistir a um jogo de futebol, é preciso pagar a Polícia Militar. Onde é que estamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Precisamos acabar com essa pouca vergonha que existe em Minas Gerais. Nós, Deputados de todos os partidos, somos responsáveis por isso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de dizer que, no caso do Vereador Luizmar Pereira, o Deputado Geraldo Rezende irá até o fim. Não tem importância se, no ano que vem, vai haver ou não campanha eleitoral, pois eu quero resultado. A sociedade precisa ter consciência da podridão e da anarquia que existem por trás de tudo isso.

Hoje, às 18 horas, tenho um encontro agendado com o Secretário da Segurança Pública, mas vou procurar, também, o Secretário da Justiça. Além disso, irei até à Polícia Federal pedir socorro. Existem alguns especialistas em homicídio na Polícia Civil, que são competentes. Se forem lá, eu quero pedir isso, irão desvendar o mistério, que não está muito difícil, porque a elite política de Santa Vitória acota assassinos oriundos de Goiás. Estão todos acotados lá, recebendo dinheiro da Prefeitura para dar segurança não sei a quem. Mas estão lá.

É com prazer que cedo um aparte ao ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (Em aparte) - Deputado Geraldo Rezende, Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Srs. Deputados, quero dizer a V. Exa., Deputado Geraldo Rezende, que a sua posição em defesa da cobrança de uma postura ética e de competência do Estado também é a posição de todos nós, do PT. Sabemos que o crime cometido contra o Vereador do PMDB de Santa Vitória, Luizmar Pereira, é político. O Luizmar foi condenado à morte, foi assassinado exatamente por defender os pobres, por defender os trabalhadores rurais sem terra.

Estamos, hoje, na véspera do 49º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, onde está muito claro que a segurança é direito universal do homem. Infelizmente, o Estado brasileiro é muito competente para apurar determinados casos, mas é extremamente omisso e incompetente para apurar outros.

O nosso desejo é que este Estado seja capaz, seja ágil, seja competente para fazer cumprir os direitos humanos, para proteger os interesses dos que lutam pela vida e pela justiça, do mesmo modo que reage para servir aos interesses dos banqueiros, dos latifundiários, do grande poder internacional.

O Deputado Geraldo Rezende - Exatamente.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (Em aparte) - Quero deixar registrada a nossa indignação em relação a esse assassinato e a nossa disposição de estar com V. Exa. em todos os

passos, no sentido de cobrar, de apurar, de identificar e de punir esse crime cometido contra um homem de bem, que estava defendendo os interesses da comunidade, os interesses dos mais pobres.

O Deputado Geraldo Rezende - Muito obrigado. Parabenizo o Deputado pelo oportuno aparte.

O Deputado Anderson Aduato (Em aparte) - Eu gostaria de me solidarizar com o Deputado Geraldo Rezende, no que diz respeito à vida política, à conduta política que o Vereador Luizmar Pereira, o popular Testinha, sempre manteve. Acompanho a vida daquela cidade já há alguns anos e sou testemunha do trabalho que o Testinha sempre desenvolveu como Vereador e como Presidente do PMDB naquele município. Entendo as palavras fortes e emocionadas do Deputado Geraldo Rezende, porque, além do cunho político, partidário, de amizade, sabemos que ele tem também razões do coração, razões de sangue, razões de parentesco. O Vereador é também primo da esposa do Deputado Geraldo Rezende. Então, Deputado, gostaria de me solidarizar com V. Exa. Gostaria de me solidarizar também com relação às críticas que V. Exa. fez às ações de ordem governamental, da falta de amparo, da falta de apoio da população. É no momento que um ente querido é atingido de forma direta que começamos a perceber, muitas vezes, algumas ações de omissão do próprio Governo e suas várias áreas, que, muitas vezes, não percebemos. Eu gostaria apenas de dizer que sou solidário sob todos os aspectos, que estou pronto, no que for necessário, para buscar a apuração dos fatos. No entanto, questiono se não seria melhor deixar passar uns dois ou três dias, permitindo a atuação das pessoas da área, dos técnicos competentes. Se a polícia da região não conseguir encontrar os caminhos para a elucidação do crime, buscaremos, junto ao Secretário da Segurança Pública, auxílio de Belo Horizonte para Santa Vitória, para que depois nos pronunciemos com relação aos possíveis suspeitos do crime. Apenas discordo um pouco de suas colocações no que diz respeito a tentar encontrar os culpados antes da apuração dos fatos. Acho que seria melhor se pudéssemos solicitar do aparelho policial do Estado todo o apoio, todo o respaldo, toda a cobertura para a elucidação do crime, e, a partir daí, teríamos mais clareza para encontrar os possíveis suspeitos.

O Deputado Geraldo Rezende - Não falei acusando ninguém. Estou falando que vamos procurar e que é um crime de conotação política, o que é verdade.

Sr. Presidente, encerro dizendo o que disse quase no final da minha fala. Nesse caso do Vereador de Santa Vitória, vou até o fim, custe o que custar. E não tem nada de esperar três dias, nada de adiar. E se daqui a três dias o assassino vier a assassinar outra pessoa? Quero ir atrás disso urgentemente. Às 18 horas estarei na Secretaria, conversando com o Secretário, para ver em que ele pode ajudar. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/12/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.507, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Leonídio Bouças

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 31/12/97, que nomeou Grimaldo Estrela Oliveira Neto para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25;

nomeando Raquel Ribeiro Neves Bouças para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25.

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 144/97 - Objeto: aquisição de uniformes - Licitante vencedora: EPI Comercial Ltda. (subitem 1.1) - Desclassificadas: Importadora Fátima Ltda. e EPI Comercial Ltda., para o subitem 1.2.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 02512 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Lima Duarte - Lima Duarte.

Deputado: Toninho Zeitune.

Convênio Nº 02513 - Valor: R\$25.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Lima Duarte - Lima Duarte.

Deputado: Toninho Zeitune.